

A RESPEITO DA CENTRALIDADE DO TRABALHO

Ronaldo Marcos de Lima Araujo¹

Toda a chamada história universal não é outra coisa senão a produção do homem pelo trabalho humano

(Marx)

Para Marx o trabalho é o fundamento da vida humana, é o instrumento de mediação entre o homem e a natureza. Resulta como produto do trabalho humano não apenas os objetos de uso como roupas, alimentos, mas também instituições como o Estado, as cidades e as nações. Nesta perspectiva é o trabalho que distingue o homem no reino animal, pois o homem, através do trabalho enquanto atividade consciente, regula e domina a natureza para consecução de seus fins enquanto os animais apenas a usam.

O trabalho, então, é o instrumento pelo qual o homem controla a natureza e como resultado deste metabolismo o homem constrói a si próprio, os objetos e a estrutura social com seu arcabouço jurídico-político.

A alteração dos meios de trabalho, alterando também as relações entre os homens, muda as condições sociais em que a produção ocorre. O trabalho cria o homem, potencializa sua força produtiva e lança as bases em que se estabelecem as relações sociais (Ruy, 1997). Para se compreender a sociedade, portanto, sua estrutura social, jurídica e política, é necessário que se volte os olhos para as relações de trabalho, para o modo e os meios com que se realiza a produção material, pois *os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humano, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha* (Marx, 1988:151).

Esta abordagem, no entanto, vem sendo objeto de severos questionamentos por autores que entendem que a “sociedade do trabalho”² já não corresponde às novas dinâmicas sociais produzidas pela contemporaneidade. Para Habermas, por exemplo, não

¹ Doutor em educação pela UFMG. Professor do Centro de Educação da UFPA.

é mais o trabalho que organiza a sociedade, ela é hoje autoprogramável, valorizando mais a política e o sujeito como ordenadores da vida social e do Estado em detrimento da esfera da produção. Hoje, para Habermas, mais do que a produção, referências como vida quotidiana, espaço vital e modo de vida determinam a vida social. A sociedade, o Estado e os indivíduos, portanto, já não teriam no trabalho a referência central para a sua existência.

Este debate, que tem a realidade da Europa como pano de fundo, tem conseqüências teórico-práticas decisivas para a vida coletiva e individual das pessoas e para a idéia de Estado. Procuramos neste ensaio fazer uma retomada dessa discussão.

É importante observar, no entanto, que não nos seria possível neste espaço tentar restabelecer o diálogo entre todos os autores que vem abordando o tema, tentamos assim fazer uma retomada entre alguns dos principais interlocutores da temática.

A CRÍTICA

Chegou ao fim uma determinada utopia que, no passado, cristalizou-se, em torno do potencial de uma sociedade do trabalho.

(Habermas)

Esta é a conclusão a que chega parte dos sociólogos contemporâneos a respeito da possibilidade do trabalho ser o principal elemento aglutinador e determinante das estruturas sociais. Esta discussão, que vem sendo central na sociologia do trabalho, tem raízes e conseqüências teóricas importantes para a política, a filosofia e para outras áreas do pensamento e da atividade humana.

Entre os críticos da “sociedade do trabalho” é possível identificarmos Juergen Habermas, Claus Offe, Martin Baethge, Adam Schaf, Robert Kurz, André Gorz, Benjamin Coriat, Alain Touraine, Lojkine, Thomas Gounet, Ernest Mandel, entre outros. Estes autores fazem suas críticas com diferentes enfoques e a partir de diferentes referenciais mas se identificam na visão de que o trabalho perde em importância como referência para a vida social.

² Expressão cunhada por Dahrendorf para referir-se à visão da sociologia que tem no trabalho a categoria explicativa central. Cf. Frigotto, 1995.

As transformações verificadas no mundo da produção vêm sendo consideradas fundamentais nesta discussão. As novas tecnologias, baseadas na micro-eletrônica, e as novas tecnologias de gestão e de organização do trabalho, que buscam o melhor aproveitamento da mão-de-obra e a otimização do capital, vêm acarretando modificações radicais na vida das fábricas. Ianni afirma que assistimos a passagem do sistema da máquina-ferramenta ao sistema de máquinas auto-reguladas e que isto faz com que *o homem, a partir de agora e inversamente aos lugares comuns, deve exercer na automação funções muito mais abstratas, muito mais intelectuais* (Ianni, 1994:07). Diminui a importância do trabalho manual repetitivo na produção de riquezas com a automação da produção, de outro lado os empregos que se mantêm com a introdução destas novas tecnologias exigem relativamente maior capacidade intelectual dos trabalhadores, assim como novos atributos cognitivos e comportamentais lhe são exigidos como maior capacidade de raciocínio lógico e abstrato, maior responsabilidade e capacidade de cooperação.

Verifica-se assim o relaxamento da divisão técnica do trabalho, parece que diminui a distância entre o fazer e o pensar a produção em função das novas necessidades do capital de buscar novas formas de aumentar a produtividade com novas formas de utilização da mão-de-obra. Em termos práticos isto vem fazendo com que as empresas busquem ter um número reduzido de trabalhadores estáveis, responsáveis pelos setores estratégicos da produção e uma maioria de trabalhadores periféricos que tem a sua utilização definida a partir das necessidades do capital. Junto com esse movimento de terceirização nas empresas ganha força o setor terciário da economia e esse crescimento vai dar argumentos para, em Offe (1989) por exemplo, o possível surgimento de uma nova lógica social não mais normatizada pela mundo da produção.

Estas modificações, verificadas primeiramente nos países economicamente mais fortes da Europa e da América do Norte e que se colocam como tendência mundial, impõem uma nova divisão internacional do trabalho com a globalização da economia capitalista. Ianni afirma que: *Agora, o mundo do trabalho está decisivamente influenciado pelo jogo das forças produtivas e relações de produção em atividade no âmbito do capitalismo como um modo de produção propriamente global* (Ianni, 1994:04).

Esta nova realidade no mundo do trabalho é que faz emergir a discussão sobre a possibilidade do trabalho ser central na vida das pessoas e, portanto, ser utilizada como uma categoria de análise que possibilite a compreensão da sociedade.

Habermas (1987), filósofo identificado com a Escola de Frankfurt, defende a impossibilidade do trabalho manter a mesma força estruturadora e socializadora, fazendo com que a sociedade do trabalho perca seu ponto de referência, e aponta para um novo paradigma: o paradigma da comunicação. Este autor, apesar de indicar um novo paradigma, afirma termos chegado a uma situação ininteligível.

Habermas acredita que esferas públicas autônomas possam controlar e conter o estado social intervencionista e criar uma nova relação contraposta aos domínios de ação regidos pelo dinheiro e pelo poder. Este teórico aponta para uma nova hegemonia cultural baseada na cooperação e na ação solidária, sendo a busca do consenso e do entendimento mútuo objetivos a serem alcançados. Seria o fim das ilusões da sociedade do trabalho e o deslocamento do paradigma trabalho para o conceito de ações comunicativas de grupos sociais autônomos.

Offe, sociólogo alemão também vinculado à Escola de Frankfurt, afirma ter havido uma implosão da capacidade da esfera da produção e do trabalho determinar a vida social na sociedade pós-industrial e indica a necessidade de se desenvolver uma teoria sociológica que seja explicativa das mudanças sociais. Este autor sugere termos chegado ao fim da sociedade do trabalho.

Offe vê nas modificações ocorridas na sociedade o surgimento de uma heterogeneidade prática do trabalho que impede uma homogeneização do conceito de trabalho e que se fale ainda em uma unidade de classe dos trabalhadores. O trabalho deixa de ser o eixo aglutinador e explicativo da realidade como era desde o século XIX, quando da separação do trabalho da esfera doméstica, do advento do trabalho assalariado em larga escala e da divisão social do trabalho capitalista, quando passou a organizar a sociedade do trabalho. Para este autor as diferenças de salário, de renda, de qualificação, de carreira e as diferenças entre os trabalhos produtivos e de serviços impõe novos e diferentes tipos de racionalidade. O trabalho enquanto valor, dever e necessidade perde seu significado, comprometendo o seu poder coercitivo ético e mesmo os possíveis efeitos motivadores dos salários em sociedades altamente desenvolvidas são hoje

discutíveis face as conquistas sociais do Estado do Bem Estar como o salário desemprego.

Offe verifica, a partir das evidências do desemprego estrutural, a existência da crise da sociedade do trabalho, portanto, de seu paradigma e clama por um novo paradigma que se referencie no conceito de “vida cotidiana” de Habermas, mesmo reconhecendo que as categorias de análise de tal referencial ainda não estejam claras nem integradas a uma teoria da mudança social.

O paradigma do “mundo da vida cotidiana”, se coloca em contraposição à esfera da produção e do trabalho que, para Offe, se tornou menos central para a organização das vidas dos indivíduos e das estruturas sociais e políticas. Tal paradigma se situa em momentos outros que não o trabalho, corresponde mais aos valores relativos à felicidade, autonomia, lazer e são cada vez mais buscados a partir de vivências cotidianas em torno dos grupos étnicos, da família, da ecologia ou outros elementos aglutinadores das pessoas na sociedade contemporânea. O tempo livre maior contribui para a emersão de novas necessidades, assim como o desemprego deixa de ser tratado como anomalia social. Offe vê, portanto, uma descentralização objetiva e subjetiva do trabalho.

Criticando Offe, Frigotto³ vai afirmar que,

Os argumentos de Offe, todavia, são bastante frágeis no plano dos dados empírico-históricos, dentro da ótica que assume. Mesmo se nos fixarmos numa visão eurocêntrica, nada parece indicar que para as grandes massas de trabalhadores, o trabalho entendido como emprego, venda da força de trabalho, esteja ausente como algo fundamental do *espaço vital, do modo de vida, do cotidiano*. (Frigotto,1995:114).

Frigotto segue em sua crítica explicitando a “cortina de ferro” que se constrói na Europa para proteger postos de trabalho contra a imigração e afirma, em contraponto a

³ No capítulo III de seu livro “Educação e a Crise do Capitalismo Real” Frigotto faz uma crítica às idéias do fim da sociedade do trabalho, do fim do trabalho abstrato e do fim das classes sociais e do capitalismo, de Offe, Schaff e Kurz. Perry Andersom, Paola Manacorda, Leandro Konder e Kosik são algumas referências para as críticas de Frigotto.

Offe, que *o tempo livre, ao contrário de se constituir em mundo de liberdade, de fruição, do lúdico, um novo 'modo de vida', torna-se tempo escravizado, tormento do desemprego e subemprego* (Frigotto, 1995:118). Este autor ainda vai afirmar que, apesar de Habermas, referência de Offe, ser um autor inscrito na tradição crítica da Escola de Frankfurt, e portanto na tradição marxista, ele aceita o mercado regulando a vida econômica moderna, aceita o Estado como a forma necessária de liberdade e adere a democracia parlamentar como forma de governo.

Baethge (1994) vai mais além em suas posições. Defende uma inversão na relação trabalho-sujeito e apresenta a idéia de “trabalho centrado no sujeito” enquanto uma nova realidade gerada pelas modificações nas estruturas de produção nas sociedades ocidentais desenvolvidas, que, com as inovações tecnológicas e organizacionais, constitui uma nova geração de trabalhadores mais qualificados que buscam em seu trabalho a auto-realização, enquanto sujeitos que perseguem permanentemente o aperfeiçoamento e a reorientação de suas atividades, isto configurando uma nova consciência de trabalho.

Este movimento refletiria uma inversão de peso nas relações de determinação entre indivíduo e sociedade e entre sociedade e indústria em benefício dos primeiros, isto em função do relaxamento das regulações e do controle exercido sobre o trabalho especializado.

Apesar deste autor ainda perceber a existência de muito trabalho corporal e não qualificado, ele considera que é o trabalho especializado que age como regulador do sistema, pois é nele que o trabalhador, mesmo não qualificado, busca a sua autonomia.

Baethge (1994) também defende, como os outros autores acima citados, a impossibilidade de se falar em uma unidade de classe dos trabalhadores em função da heterogeneidade dos conteúdos profissionais que exigem conhecimentos, habilidades e disposições singulares, no entanto, reabre a possibilidade dos indivíduos se auto-afirmarem enquanto sujeitos dentro do trabalho ao buscarem a identificação deste com a sua subjetividade.

Com relação a possibilidade dos sujeitos normatizarem seu trabalho é necessário ressaltar e questionar se apenas mudanças na natureza das atividades são capazes de produzir tal transformação tendo em vista que a base econômica da sociedade permanece inalterada. Nada indica que as relações de propriedade tenham se modificado com a

modernização da sociedade, pelo contrário, cada vez mais se percebe a intensificação do trabalho e a concentração das riquezas, e são estas relações que continuam a determinar a lógica da produção social e, em função da competição internacional, estimulam o surgimento desta geração de trabalhadores (cf. Machado, 1994). Que este movimento de modernização tecnológica traga conseqüências irreversíveis para a sociedade moderna é aceitável e coerente, mas que consiga alterar o caráter do trabalho isto é no mínimo precipitado. Além do que, é necessário repetir que maior qualificação não significa necessariamente maior consciência como sugere o autor.

Outro ponto questionável é a percepção de que está inviabilizada uma unidade de classe. Mais adiante poderemos ler em Ianni (1994) a sua afirmação, que vai em direção contrária à apresentada por Baetghe, quando diz que o trabalhador coletivo é agora uma categoria universal.

Antunes (1995:86) também vai rebater esta idéia de fim das classes sociais afirmando que

Todo o amplo leque de trabalhadores que compreendem o setor de serviços, os trabalhadores ‘terceirizados’, os trabalhadores do mercado informal, os ‘trabalhadores domésticos’, os desempregados, os subempregados etc., que padecem enormemente da desmontagem social operada pelo capitalismo em sua lógica destrutiva, podem (e devem) somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e por isso atuando enquanto classe [...] anticapitalista. Em síntese, a luta da *classe-que-vive-do-trabalho*...

A CONTRA-CRÍTICA

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

(K. Marx)

Contra àqueles que pregam o fim da natureza central do trabalho e o fim das classes sociais, surgem vários autores.

Uma linha de argumento fundamental para os defensores da centralidade do trabalho é o resgate feito à dupla dimensão do trabalho, no capitalismo, em Marx: o trabalho concreto e o trabalho abstrato. O trabalho humano abstrato (trabalho assalariado) é a dimensão do trabalho que dá valor (de troca) às mercadorias, enquanto trabalho concreto (ou trabalho útil) se destina a um fim específico, dando aos produtos do trabalho valor de uso. O Trabalho Humano Abstrato se corporifica nos produtos.

A partir dessa distinção procura-se qualificar de que dimensão do trabalho humano se referem as críticas. Se por um lado é mais difícil aceitar, mesmo que alguns o façam, a decadência do trabalho como atividade produtora de bens úteis à humanidade, crise do trabalho concreto (como indica Robert Kurz em seu livro *Colapso da Modernização*), parece menos complicado, mesmo que não se concorde, aceitar a idéia de que as transformações no mundo do trabalho coloque em xeque o trabalho abstrato, constituindo a crise do trabalho abstrato (como indicam Habermas, Offe, entre outros), *entendida como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto no movimento de produção* (Antunes, 1995:77).

Konig (1994) analisa a crise da sociedade do trabalho e os debates atuais frente a modernidade e as rápidas transformações porque passa a sociedade neste final de século com muita cautela.

Polemiza a crise da sociedade do trabalho e aponta para a crise do Estado do Bem Estar Social na Europa. Defende que o debate vem sendo feito de forma a-histórica e a-política e aponta precipitações quanto ao futuro da sociedade do trabalho e diferenças quanto ao entendimento do seu grau de intensidade nas transformações e seus efeitos.

Este autor não verifica transformações fundamentais na lógica do capitalismo nem na sociedade de mercado, que continua a ser regulada pelas formas combinadas de organização do trabalho, apesar de reconhecer alterações. Konig reafirma antigos conceitos frente a avalanche de inovações e transformações a serem compreendidas, não subestimando a capacidade de mutação e adaptação do capitalismo em cada novo momento histórico visando a acumulação de capital. Este autor identifica os sociólogos do fim da sociedade do trabalho como os herdeiros do ceticismo político e discorda

quando Offe coloca, generalizando, que o trabalho era central na sociologia de Weber a Marx. Esclarece que em Marx o central na sociedade são as relações de troca, onde o trabalho abstrato é um elemento do movimento de valor.

Konig busca em Marx a idéia de que a estrutura da sociedade burguesa tem sua síntese efetuada por meio da troca, do dinheiro e do capital, o intercâmbio que fomenta o contato social coerente entre produtores independentes entre si, onde o trabalho é somente uma estação de passagem de um movimento de valor. Decisiva é a subsunção das condições de vida e de trabalho às necessidades do mercado e das leis de acumulação do capital.

Para Marx, explica Konig, o trabalho era a condição natural e eterna da vida humana, condição geral do metabolismo entre homem natureza.

Konig encerra a sua análise afirmando que:

Até agora não ocorre que a grande variedade nas formas de organização do trabalho e relações de trabalho houvesse dinamitado a lógica capitalista de produção e socialização de trabalho abstrato, produção de mercadorias e acumulação. Muito mais o contrário é correto (Konig, 1994:176).

Destaca-se deste debate acerca do fim da centralidade do trabalho e da sociedade do trabalho, colocando em xeque o próprio futuro do trabalho, algumas conseqüências que a aceitação deste palavreado acarretaria. Ressalte-se antes que o plano sobre o qual este debate vem se situando tem a realidade da Europa como fonte de argumentos e que, tendencialmente, deve ser expandido ao mundo, portanto as modificações verificadas no mundo do trabalho na Europa, e que vem servindo de exemplo para os defensores do fim da sociedade do trabalho, ainda não é uma realidade para os países de economia dependente, questionando assim a generalização dos argumentos. Desconsidera-se, como fala Frigotto, a nova divisão internacional do trabalho.

Ao se considerar as modificações e heterogeneização do trabalho assalariado, cada vez mais especializado, e o desenvolvimento do setor terciário como elementos desencadeadores da crescente perda de força coercitiva do trabalho, deve-se destacar um outro aspecto desta discussão, tendo em vista a nova dinâmica do capitalismo.

Ao contrário da perda de elementos unificadores e socializadores do trabalho, Ianni, apoiado em Marx, aponta que:

Agora, mais do que em qualquer época anterior, o trabalhador coletivo é uma categoria universal. O seu trabalho enquanto trabalho social, geral e abstrato, realiza-se em âmbito mundial. É no mercado mundial que as trocas permitem a realização da mercadoria, excedente, lucro ou mais-valia. Isto significa que todo trabalho individual, concreto e privado passa a subsumir-se ao trabalho social geral e abstrato que se expressa nas trocas mundiais, no jogo das forças produtivas em escala global (Ianni, 1994:11).

Antunes (1995) observa ainda que a categoria estranhamento⁴ está presente em todos os trabalhadores do mundo, unificando-os. Todos são explorados e no seu trabalho não se realizam enquanto pessoa humana. A desidentidade entre o indivíduo que trabalha e a sua dimensão de gênero humano também não foi eliminada. (Antunes, 1995).

Quanto ao papel que desempenha o setor de serviços na economia moderna, percebe-se ainda que, mais do que se diferenciar da lógica do setor industrial, o setor terciário, com o desenvolvimento de pequenas empresas ligadas a prestação de serviços, estende aos pequenos grupos de trabalho, inclusive à empresas que se apoiam na organização familiar, a lógica das fábricas. Mesmo que se considere aspectos novos e diferentes neste setor, como o aparecimento (ou reaparecimento) do trabalhador que desenvolve suas atividades profissionais em casa, as relações de trabalho continuam a ser determinadas pela lógica de mercado. Além do que,

Os argumentos da diminuição dos trabalhos no setor secundário e a tendência à terceirização [...] escondem uma compreensão da divisão social do trabalho que “naturaliza” a separação dos níveis produtivos não evidenciando, portanto, a existência de uma inter-relação necessária entre processo imediato de produção e o processo de circulação e consumo (Frigotto, 1995:119).

Antunes (1995) explicita cinco teses de modo a reafirmar a centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea e a indispensabilidade do trabalho para a vida humana e afirma que a maioria dos questionamentos da centralidade do trabalho falham por abandonarem a dupla dimensão do trabalho e suas categorias analíticas

(trabalho concreto e trabalho abstrato). Para Antunes (1995) o trabalho abstrato continua a cumprir papel decisivo na criação de valores de troca (mercadorias).

Para Antunes (1995), a crise vivenciada pela sociedade é a crise do trabalho abstrato, do trabalho assalariado, e não a crise do trabalho concreto e nem a crise da centralidade do trabalho abstrato. O trabalho concreto continua sendo condição da realização da dimensão de gênero humano, pois o é o produto do trabalho concreto a realização da humanidade do homem. A superação do trabalho abstrato passa pelo reconhecimento do papel central da classe-que-vive-do-trabalho. Não parecendo concebível a extinção do trabalho social concreto da sociabilidade humana.

Por fim Antunes (1995) propõe a sociedade do tempo disponível, que seria aquela em que o tempo médio do trabalho social seria o necessário para suprir as necessidades humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se questionar o futuro do trabalho e a perda de seu caráter civilizatório, como via Marx, deve-se antes encontrar um mecanismo que consiga melhor intermediar a relação homem-natureza com a função de gerar riquezas e bens necessários para a sobrevivência humana. Como ainda não verificamos qualquer elemento que aponte nesta direção, colocamo-nos numa posição de questionar esta proposição que tem em seu cerne uma defesa do individualismo e do imobilismo político ao tentar inviabilizar o conceito de classe social e, portanto, de unidade da classe trabalhadora como forma de superação das atuais relações de produção.

Citando Frigotto:

Não há como negar mudanças profundas no conteúdo, na divisão, na quantidade e qualidade do trabalho demandado no processo produtivo da fase atual do capitalismo. Todavia, parece-nos problemático deduzir da crise do trabalho no interior das relações capitalistas de produção e das mudanças de sua natureza, a perda da centralidade do mesmo na vida humana. (Frigotto, 1995:121).

⁴ A existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade em direção à omnilateralidade humana. (definição do autor).

A tese do fim da centralidade do trabalho e suas idéias subjacentes naturalizam a sociedade capitalista, pois buscam opções alternativas dentro dela. O fim do trabalho, das classes, da luta de classes e da sociedade do trabalho compõe o quadro do fim da história que tenta evidenciar a vitória do capitalismo e da democracia liberal como forma de governo. Do ponto de vista político, o que o discurso do fim do trabalho produz de mais efetivo é um caldo de cultura que vai contra os interesses dos trabalhadores.

Consideramos a necessidade apontada por muitos interlocutores dos debates contemporâneos de se manter uma certa prudência e a serenidade intelectual, sem, no entanto, defender o imobilismo. Mesmo acreditando que a tese do fim da centralidade do trabalho e suas idéias subjacentes venham legitimar as novas conformações assumidas pelo sistema capitalista, confirmamos a importância de se prosseguir o debate para que se avance o entendimento das referências que nos levem a compreender as determinações que sofrem os indivíduos e a estrutura política e social.

BIBLIOGRAFIA:

- ANTUNES, R. Qual a crise da sociedade do trabalho? In: Adeus ao Trabalho? SP, Cortez/Ed. UNICAMP, 1995, pp.73-114.
- BAETHGE, Martin. Trabalho, Socialização, Identidade - A Crescente Subjetivação Normativa do Trabalho. In: Teoria da Educação e do Iluminismo, Conceitos do Trabalho e Do Sujeito. Werner Market (org.). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1994.
- ETGES, Noberto. Trabalho e Conhecimento. In: Revista Educação e Realidade, V.18, Nº 01, 1993.
- FRIGOTTO, G. Da compreensão da crítica da centralidade do trabalho à crítica da crítica. In: Educação e Crise do Capitalismo Real. SP, Cortez, 1990, 2ª ed., pp.107-134.
- HABERMAS, Juergem. A Nova Intransparência: A Crise do Estado de Bem Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas. In: Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, Nº 18, 1987.
- IANNI, Otávio. O Mundo do Trabalho. In: Revista Perspectiva. São Paulo, Fundação SEADE, Vol. 08, Nº 1, 1994.
- MACHADO, Lucília. A Educação e os Desafios das Novas Tecnologias. In: Tecnologias, Trabalho e Educação. Celso Ferretti et alii. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.
- MARX, Karl. O Capital. Livro I, Tomo I. São Paulo, Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).
- OFFE, Claus. Trabalho: A Categoria Chave da Sociologia ? In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 4, 1989.
- RUY, José Carlos. O operário faz a coisa e a coisa faz o operário. Revista Princípios. Nº 43, SP, Ed. Anita Garibaldi, nov/96 - Jan/97.
- KONIG, Helmut. A Crise da Sociedade do Trabalho e o Futuro do Trabalhador: Crítica de um debate atual. In: Teorias da educação e do Iluminismo - Conceitos de Trabalho e do Sujeito. Werner Market (org.), Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1994.